

República Democrática do Congo: as causas de um conflito latente

Ana Rafaela Batista

Estudante de Licenciatura em Relações Internacionais
Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho
anarato99@hotmail.com

O presente conflito étnico, político-económico e social na República Democrática do Congo (RDC), o maior país da África-Subsariana, localizado na África Central, constitui um assunto de elevada importância, não só pelas consequências enfrentadas pelo país mas também pela dimensão transnacional que lhe é conferida pelo envolvimento de atores externos que perseguem as riquezas do país, alimentando uma guerra de quase “dois séculos” que já assassinou mais de 5 milhões de pessoas. Foi o paradoxo do “país mais rico que na verdade é o mais pobre”, que me instigou a investigar as causas centrais deste confronto – a sua origem, justificação, efeitos e resposta da comunidade internacional – onde a paz é ainda vista como um fim longínquo, e a guerra, fome e doença um flagelo permanente.

A RDC, assim renomeada no despontar dos anos 90 pelo Presidente Laurent-Desiré Kabila, possui 89 milhões de habitantes que falam mais de 250 dialetos além do Francês, Lingala, Swahili, Kituba e Tshiluba, pertencendo a mais de 200 etnias diferentes, semelhantes na religião cristã, introduzida pelos portugueses por volta do século XIV-XV, durante o Império do Kongo (Heywood, 2009). A diversidade e a heterogeneidade que coabitam no país dificultam a criação de uma identidade própria, não obstante as tentativas ao longo da história, como o processo de *Zairinização* imposto pelo autocrata Mobutu Sese Seko (1965-1994) em busca de *la authenticité* (Meditz, 1994). No entanto, os 2382 episódios de violência registados de 17/10/2019 a 17/10/2020 fazem-nos recuar ao Estado livre do Congo (1885-1908) aquando o primeiro genocídio do povo congolês pelo Rei Leopoldo II, que assassinou pelo menos 10 milhões de congoleses. Foi a “hierarquia étnica” largamente promovida na colónia pela fisionomia dos escravos, assim como no Congo francês e no Ruanda que conduziu a uma acumulação de eventos, rivalidades e antagonismos culminantes no Genocídio do Ruanda, em 1994, quando

Hutus extremistas assassinaram mais de 800 mil Tutsis (UNHCR, 1999). O fenómeno levou à imigração de mais de 2 milhões de ruandeses tutsis e hutus moderados para o Burundi, Tanzânia, Uganda e RDC, dando assim início a um período longo de instabilidade. A maioria dos refugiados estabeleceu-se na zona oriental da RDC, nas províncias: Oriental, Maniema, Norte de Katanga e nos Kivus – o atual epicentro do conflito. Este último localiza-se na fronteira com o Ruanda, Uganda e Burundi ao longo do Lago Kivu e Tanganyika, onde subsistem mais de 70 milícias armadas desde 2014, espalhadas pela região como: a FDLR¹ formada pelos *genociders*; o M23²; as milícias Mai-Mai³ e os rebeldes islâmicos do Uganda: o Exército de Resistência do Senhor e as Forças Democráticas Aliadas (Mugnier, 2007). O combate às milícias armadas dá-se pelas Forças Armadas Congolesas (FARDC) e pela Monusco, desde 1999. Os vários atores do conflito, quer internos quer externos, bem como as diferentes motivações dos grupos rebeldes, conferem ao conflito uma complexidade acrescida, sendo por isso difícil de distinguir aqueles que realmente têm em vista o bem-estar do povo congolês nas suas ações, daqueles que o “alimentam” para praticar atividades ilícitas. A ausência de um governo eficaz e eficiente, cuja ação se estenda para lá da capital, Kinshasa, é inexistente, bem como a atuação das autoridades nacionais, que recorrentemente colaboram com grupos armados. Além disso, a insuficiência de infraestruturas de transporte, saúde e ensino bem como o elevado desemprego (61%) e criminalidade⁴ (ENAC, 2019), contribuem para a situação de precariedade em que 77% da população vive, aumentando por isso a probabilidade de proliferação de grupos armados e de recrutamento de crianças e jovens⁵. Estes dados traduzem-se no baixo índice de desenvolvimento humano (0,459) que colocam o país na 176ª posição do ranking (UNDP, 2019).

Os motivos que instigam a preponderância de grupos armados por todo o país relacionam-se com o poder e controlo territorial, sobretudo de localizações estratégicas pelos recursos naturais aí existentes – a madeira, a borracha, o marfim, o café, o petróleo e o carvão. Todavia, os recursos minerais são o principal fator de interesse destes grupos – os diamantes, o cobalto, o coltan, o cobre, o zinco, o magnésio, o ouro, a prata, o estanho, o tântalo, o nióbio, o urânio, o lítio, etc. – pelo facto de lhes permitir obter rapidamente lucros avultados, resultantes do recurso à violência – *conflict minerals* (Hilgert, 2008).

1. Forces Démocratiques de libération du Rwanda (FDLR).

2. Movimento precedente do Congrès National pour la Défense du Peuple (CNDP) que defende os Tutsis com o apoio do Governo do Ruanda e Uganda. Nomenclatura originária dos Acordos de Paz de 23 de março de 2009 que integraram o CNDP na FARDC;

3. As milícias Mai-Mai formam la Coalition de Patriotes Résistants Congolais (Pareco), agindo pela proteção do povo congolês.

4. A RDC é o segundo país africano onde existe maior criminalidade, a seguir à Nigéria.

5. Segundo o Relatório do Secretário Geral para Crianças e Conflito Armado de Junho 2020, existe registo de que mais de 3,107 crianças foram recrutadas voluntariamente (ou não) para combater nos grupos armados.

Cerca de 70% da economia do país é gerada informalmente através do tráfico de drogas, armas, pessoas, minerais e madeira. A pressão externa contribui igualmente para a manutenção do ciclo vicioso de exploração e violência, assim como as divergências étnicas, a *grievance*⁶, a sede de vingança e o desejo de mudança política e social. Porém, segundo a pirâmide das necessidades de Maslow, estes motivos – derivados de uma conjuntura económica e social específica – traduzem-se em necessidades básicas relacionadas com a sobrevivência. As raparigas, mulheres e crianças são o grupo social mais afetado pelo conflito armado, sofrendo graves violações de direitos humanos, violação sexual sistemática e massacres (ONU, 2019). Uma das particularidades deste conflito é o exercício da violação sexual como arma de guerra, que se tem vindo a agravar no contexto atual de crise sanitária global (Elbert et al., 2013). A insuficiência e até ausência de apoio às vítimas de abuso sexual e psicológico em certas regiões, assim como de infraestruturas e profissionais de saúde, aumenta consequentemente, os desafios enfrentados pelas vítimas. De acordo com os dados da Fundação Panzi⁷, relativos ao Hospital de Panzi situado em Bukavu (sul de Kivu), só de junho de 2020 a agosto 2020, registaram-se 865 vítimas de violência sexual e foram aceites 2469 casos de apoio psicossocial. A violência de género é igualmente notória no papel atribuído às raparigas e mulheres no seio dos grupos armados: escravas sexuais e/ou mulheres dos soldados.

As atrocidades ocorridas no país desde 1997 impulsionaram a resposta internacional sob a ação das Nações Unidas, primeiramente como Missão das Nações Unidas na RDC (MONUC) e a partir de 2010, na *Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo* (Monusco). Desde aí que os capacetes azuis continuam a apoiar a estabilização e o reforço de instituições de governança e segurança da RDC, protegendo civis e vigiando locais de interesse com o apoio de inúmeras organizações internacionais (União Europeia, União Africana ou Banco Mundial) e organizações não governamentais (Organização Internacional da Cruz Vermelha, *Medecins Sans Frontieres* ou *Dr.Denis Mukwege Foundation*) no terreno (ONU, 2020). Contudo, a dimensão transnacional que o conflito revela, devia torná-lo alvo de uma intervenção amplificada, de forma a solucionar disputas étnicas, condenar atividades ilegais, deter e julgar *warlords* e

6. Terminologia inglesa referente a uma reclamação ou reivindicação.

7. Dados recolhidos da página de instagram: @panzifoundation / Panzi Hospital and Foundations.

estabelecer uma paz duradora. A falta de transparência do governo, a elevada corrupção e a ausência de mecanismos de resposta, têm exposto a população a um sofrimento que parece não ter fim. Dito isto, não basta manter a estabilidade no território, é preciso criar uma estratégia compreensiva e multifacetada que incida sobre a origem do conflito, evitando novos massacres. Esta estratégia deve considerar acordos de paz anteriores, a união das forças armadas nacionais, a justiça social e o desenvolvimento económico.

Bibliografia

- ELBERT, T., HINKEL, H., MAEDL, A., HERMENAU, K., HECKER, T., SCHAUER, M., RIEDKE, H., WINKLER, N. & LANCASTER, P. (2013). *Sexual and gender-based violence in the Kivu provinces of the Democratic Republic of Congo : Insights from Former Combatants*. Washington: World Bank. Retirado de <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17852>
- ENAC. (2019). *Organized crime index Africa*. Retirado de https://ocindex.enactafrica.org/assets/downloads/ocindex_profile_democratic_republic_of_the_congo.pdf
- HEYWOOD, L. M. (2009, March). Slavery and its transformation in the Kigdom of Kongo: 1491- 1800. *The Journal of African History*, 50, 1-22. <https://doi.org/10.1017/S0021853709004228>
- HILGERT, S. (2008, March 4). *Mapping conflict motives: Eastern DRC*. Retirado de https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/82F3260A59CCA655C1257409004A92A4-Full_Report.pdf
- MEDITZ, S. W. (1994). *Zaire: a country studie*. Washington, D.C.: Federal Research Division, Library of Congress. Retirado de <https://www.loc.gov/item/94025092/>.
- MUGNIER, D. (2007, December 3). North Kivu: How to End a War. Retirado de <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/democratic-republic-congo/north-kivu-how-end-war>
- ONU (2020, junho). *Democratic Republic of Congo*. Retirado de <https://childrenandarmedconflict.un.org/where-we-work/democratic-republic-of-the-congo/>
- ONU (2019). *Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. Retirado de <https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/s-res-2502.php>

- ONU (2020). *Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo, Report of the Secretary-General*. Retirado de <https://monusco.unmissions.org/en/reports-secretary-general-0>
- UNDP. (2019). *Congo (Democratic Republic of) Human Development Indicators*. Retirado de <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/COD>
- UNHCR. (1999). *Chapter 10: The Rwandan genocide and its aftermath*. In UNHCR, *The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*. Retirado de <https://www.unhcr.org/publications/sowr/3ebf9bb60/state-worlds-refugees-2000-fifty-years-humanitarian-action-chapter-10-rwandan.html>